

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: maio de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

UE decide retomar negociação com Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2010	2
Setor agrícola europeu considera acordo "devastador" – Assis Moreria – Brasil – 05/05/2010.....	4
A negociação – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2010	5
UE e Mercosul aceleram negociações para concluir acordo de livre comércio – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010	5
Para facilitar cooperação externa, Embrapa vai se internacionalizar – Cláudia Antunes – Folha de São Paulo – 10/05/2010	6
Concentração nos subsídios dos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – 10/05/2010	7
Uma aposta alta da diplomacia verde-amarela – O Globo – O Mundo – 16/05/2010	8
UE e Mercosul retomam negociações – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia – 18/05/2010.....	10
Um outro tipo de protecionismo – Stéphane Garelli – Valor Econômico – Opinião – 18/05/2010.....	12
Países ricos devem cortar subsídio, diz OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 26/05/2010	13
EUA exigem forte redução de tarifas no setor químico para retomar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 31/05/2010	15

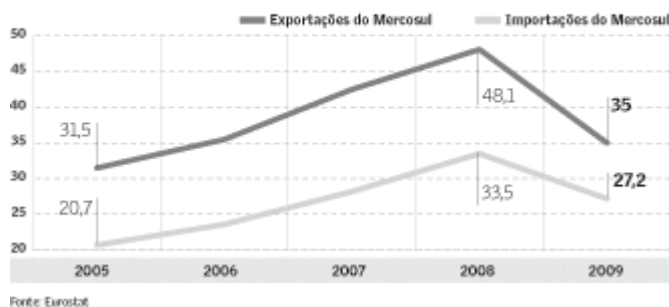
UE decide retomar negociação com Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2010

A União Europeia (UE) anunciou ontem que decidiu relançar a negociação com o Mercosul para um acordo de livre comércio "amplo e ambicioso" que estima poder gerar € 9 bilhões de exportações a mais por ano, sendo € 4,5 bilhões para cada lado.

A negociação será relançada formalmente no encontro de cúpula UE-Mercosul, em Madri, no dia 17. O objetivo é concluí-la rapidamente e evitar o constrangimento de repetidos fracassos para fechar o pacote, algo que vem desde 1995. Se fechado, será o maior acordo de livre comércio do mundo entre duas regiões, com 700 milhões de consumidores.

Comércio Mercosul-União Europeia

Entre 2005 e 2009, em € bilhões



Sob pressão de países protecionistas, o presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso, avisou que a decisão será acompanhada por várias condições e um acordo só será fechado se obtido "tudo direito". Inclui o compromisso do Mercosul por produção agrícola sustentável, "adequada proteção" para patentes e indicações geográficas que vão bem além das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, Bruxelas quer "completa liberalização" para um bom número de produtos e concessões para todos os setores industriais no Mercosul. Mas diz também que a "ampla cobertura" do acordo tomará em conta produtos e setores sensíveis dos dois lados, ou seja, não tem como haver liberalização de 100% do comércio, como pede a indústria europeia, porque a UE nesse caso teria de pagar uma fatura mais alta na agricultura.

Barroso prometeu, de outro lado, resolver "qualquer impacto negativo" com a abertura do mercado comunitário para o Mercosul, especificamente no setor agrícola. Na prática, acenou com mais ajuda aos agricultores. E o problema já pode começar, porque se for para dar subsídios, vai aumentar um problema que o Mercosul tenta justamente resolver na Rodada Doha de liberalização na OMC.

O comissário europeu de Comércio, Karel de Gucht, também concentrou a atenção no interesse dos agricultores, acenando com acesso "maior e ambicioso" igualmente para produtos agrícolas europeus. Isso inclui lácteos embutidos e outros produtos processados, de maior valor agregado.

Bruxelas destaca que a negociação incluirá não apenas mercadorias, mas também serviços, investimentos, compras governamentais e desenvolvimento sustentável, o que significa produção, por exemplo, de etanol em bases que garantam a tranquilidade dos europeus.

O embaixador brasileiro na UE, Ricardo Neiva Tavares, considerou a decisão da UE "positiva", assegurando que vai negociar "em busca de um acordo equilibrado, considerando as assimetrias entre as duas regiões", numa sinalização de que Bruxelas precisará conter suas demandas.

A decisão da Comissão Europeia, que o **Valor** já indicava na semana passada que ocorreria, apesar da resistência dos produtores agrícolas, não foi fácil. França,

Irlanda e países do Leste Europeu não queriam sequer voltar à mesa de negociação, sempre pela mesma razão: a negociação agrícola, na qual o Mercosul tem enorme vantagem comparativa, enquanto a UE mantém política protecionista.

Mas Barroso jogou com a "oportunidade importante", num momento em que se procura reforçar a economia mundial depois da mais dramática crise global dos últimos tempos.

Na prática, a UE tende a ganhar na negociação com o Mercosul, mais do que com outros acordos que já negociou com Coreia, Peru e Colômbia, onde apenas obteve o mesmo que os EUA já tinham conseguido. As empresas europeias passarão a ter preferências em relação a companhias dos Estados Unidos e China, dando-lhes uma vantagem competitiva no Mercosul. No caso do setor automotivo, a tarifa de importação é de 35%, mas a UE certamente obterá taxa menor, podendo levar os americanos a, por sua vez, correr mais tarde para também negociar com o Mercosul.

A indústria europeia tem insistido que suas expectativas aumentaram com o acordo feito com a Coreia do Sul e depois com Peru e Colômbia, que liberaliza quase 100% do comércio. Para o Brasil, se os europeus querem isso, precisam pensar no tamanho da liberalização agrícola que precisarão fazer para compensar o Mercosul, ou seja, não tem muita discussão por aí.

Até recentemente, os europeus acusavam a Argentina de complicar as negociações do lado do Mercosul. Dessa vez, Buenos Aires mostra disposição de fechar o acordo. Outros negociadores dizem que o bloco está disposto a barganhar e refutam reclamações de europeus, de que a negociação até agora foi entre Bruxelas com cada um do Mercosul, e não exatamente com o bloco.

Setor agrícola europeu considera acordo "devastador" – Assis Moreria – Brasil – 05/05/2010

O setor agrícola europeu denunciou oposição unânime a um acordo de liberalização com o Mercosul, que considera "devastador" para o setor. Por sua vez, os agricultores brasileiros acham que a negociação é da maior importância também para resolver crescentes problemas regulatórios, que estão começando a dar mais prejuízos que barreiras tarifárias.

A UE diz que um acordo com o Mercosul incluirá um entendimento especial sobre padrões sanitários e fitossanitários, além de um "efetivo" e obrigatório mecanismo de solução de controvérsias para resolver as fricções comerciais entre as duas regiões.

"É ótimo retomar a negociação, todo o pacote de problemas na área regulatória é praticamente com a UE", disse Rodrigo Lima, do Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Ele citou problemas de padrões não apenas para as carnes bovina e de frango, como para farelo e soja, entre outros, prejudicando o acesso à Europa.

O presidente da poderosa central europeia Copa, o irlandês Padraig Walshe, justamente denunciou ontem "condições trabalhistas duvidosas" no Mercosul, falta de equivalência nos padrões de segurança alimentar, bem-estar animal e ambientais que os europeus seguiriam. Além de mais produção intensiva no Brasil e desmatamento no Mercosul. Julga que uma liberalização com o Mercosul causará "gigantesco aumento" na importação de carnes bovina, de porco e de frango, além de trigo e sucos, provocando uma "contração substancial" da agricultura europeia. E repetiu que isso ameaçará 28 milhões de empregos na UE.

A reação dos agricultores europeus não é surpresa, mas ilustra a que ponto Bruxelas terá dificuldades para atender demandas do Mercosul por melhor acesso a produtos como carnes, diante da pressão de produtores da França e Irlanda, sobretudo.

Uma ilustração da dificuldade está na parte de carnes: em 2004, a UE ofereceu ao Mercosul cota de 100 mil toneladas de carne bovina, com tarifa menor, enquanto o bloco pediu 300 mil toneladas, três vezes mais. Para frango, tinha oferecido 75 mil toneladas, ante um pedido de 250 mil toneladas.(AM)

A negociação – Valor Econômico – Brasil – 05/05/2010

Mercosul e União Europeia começaram a negociar há 15 anos. Os encontros começaram em 1995 e a negociação foi bloqueada em 2004 em meio a uma forte divergência sobre concessões agrícolas, do lado europeu, e industriais do lado do bloco econômico do Cone Sul.

A UE é o maior parceiro comercial do Mercosul, sendo o destino de 20,7% de suas exportações no ano passado. O bloco exportou €35 bilhões para a União Europeia, numa queda de 27,1% em relação a 2008. Por sua vez, o Mercosul importou da União Europeia € 27,2 bilhões, numa queda de 18,8%. Segundo Bruxelas, nos últimos quatro anos até a crise ser deflagrada, as exportações europeias vinham aumentando 15% anualmente em direção do Mercosul.

A Comissão Europeia destaca o enorme potencial de crescimento do Mercosul. O PIB da região, de € 1,3 trilhão, é superior ao de países como a Coreia do Sul, Índia e Rússia. A expansão econômica tem variado de 4% a 6% no Brasil e de 6% a 9% na Argentina, enquanto está estagnada na Europa. O Mercosul é um parceiro mais importante para a União Europeia do que o Canadá e Coreia. A Europa tem mais de € 165 bilhões de investimentos no Mercosul. É mais do que os europeus investiram na China, Índia e Rússia juntos.

UE e Mercosul aceleram negociações para concluir acordo de livre comércio – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010

O Mercosul e a União Europeia (UE) vão começar rapidamente a trocar ofertas de

liberalização para concluir o acordo de livre comércio birregional num prazo que não demore anos, como ocorreu até agora, sinalizam negociadores. Em Madri, no dia 17, os chefes de Estado e de governo dos dois blocos vão fazer o relançamento formal da negociação. Em seguida, uma reunião técnica vai definir o calendário das discussões, para iniciar as barganhas depois das férias de verão da burocracia europeia, em agosto.

"A União Europeia estabeleceu como condição do relançamento da negociação a possibilidade elevada de desfecho do acordo, e que seja no curto prazo", afirmou Jean-Luc Meriaux, secretário-geral da União Europeia de Comércio de Gado e Carne (UECBV, em francês), que inclui importadores e varejo.

Em 2004, a União Europeia ofereceu cota de 100 mil toneladas para a entrada de carne bovina do Mercosul com tarifa menor. O bloco quis três vezes mais, 300 mil toneladas. Dois anos depois, os europeus sinalizaram com uma espécie de compromisso: uma cota de 150 mil toneladas, dividida em duas parcelas, uma dada pelo acordo birregional e outra só depois da conclusão da Rodada Doha, de liberalização comercial, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nas últimas semanas, Bruxelas já avisou que sua margem para concessões é extremamente limitada na área de carnes. Ainda mais diante da enorme pressão dos franceses e irlandeses. O fato é que a questão do acesso de carnes do Mercosul será um ponto "nevrálgico" na barganha. Ilustrando essa situação, os serviços do comissário agrícola da União Europeia E divulgaram ontem precisamente uma tabela apenas com as importações de carnes procedentes do bloco sul-americano.

O Mercosul era responsável por 90,5% de toda a carne bovina importada pela União Europeia E em 2007. O percentual caiu para 82,5% no ano passado, por causa das barreiras sanitárias impostas por Bruxelas contra a carne brasileira. A medida derrubou a exportação do país em 58,2% para o mercado comunitário. O Brasil também tem grande participação na venda de carne de frango para a UE. Em contrapartida, o Mercosul não vende uma tonelada sequer de carne suína, também por causa das barreiras sanitárias estabelecidas por Bruxelas.

A negociação será facilitada, porque os dois blocos já mapearam bastante os pontos centrais do acordo, nas últimas quatro reuniões desde junho do ano passado, ocorridas em Lisboa, Buenos Aires e Bruxelas.

A reunião entre os líderes do Mercosul e da UE será no dia 17. No dia seguinte, haverá a cúpula UE-América Latina. A Espanha voltou a dar garantias de que o presidente de Honduras, Porfírio Lobo, não aparecerá na sala de reuniões, como exigido pelo presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Para facilitar cooperação externa, Embrapa vai se internacionalizar – Cláudia Antunes – Folha de São Paulo – 10/05/2010

Mudança na lei facilitará operações no exterior, que cresceram na gestão Lula. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) passará a ser uma empresa

internacional, o que facilitará suas operações de cooperação técnica fora do país, atendendo à demanda crescente da África e da América Latina. A legislação atual só permite que a estatal tenha unidades próprias no Brasil, e o anúncio da mudança deve acontecer no encontro de três dias que reunirá a partir de hoje, em Brasília, cerca de 50 representantes de ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de países africanos. Há anos a Embrapa presta assessoria agrícola na África, por meio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), do Itamaraty. Em 2009, a agência gastou US\$ 6,8 milhões no continente -aumento de 1.478% em relação a 2005. Mas a necessidade de dotar a empresa de personalidade jurídica que lhe permita alugar instalações e movimentar contas no exterior surgiu a partir de projetos recentes de longo prazo, que exigem a permanência de seus técnicos no país-sede. Ditos "estruturantes", esses programas começaram na África em 2008 com o Cotton-4, sediado no Mali e que visa aumentar a produtividade do algodão naquele país e em Burkina Fasso, Benin e Chade. A Embrapa iniciará em junho um plano de rizicultura no Senegal e prepara-se para instalar em Moçambique três projetos cofinanciados pela ABC e as agências de cooperação internacional do Japão (Jica) e dos EUA (Usaid). Os programas em Moçambique movimentarão ao menos US\$ 18,2 milhões e um deles, o ProSavana, tentará replicar o Prodecer, que transplantou culturas de clima temperado ao cerrado brasileiro e teve apoio japonês, nos anos 1980. "Trabalhamos com um desenho que deu certo no Brasil, com adaptações locais", disse Francisco Basílio Souza, diretor da área internacional da Embrapa, que é vinculada ao Ministério da Agricultura. A cooperação técnica não é condicionada à contratação de empresas ou à compra de produtos brasileiros, mas reforça a presença do país num continente em crescimento devido ao boom das commodities e cujo mercado é disputado por China e Índia, além das ex-metrópoles europeias. O embaixador Rubens Ricupero, que nos anos 70 participou da primeira grande missão do Itamaraty à África, diz que o governo Lula "teve sensibilidade e senso de oportunidade" em sua política africana. "Existe ali um capital de boa vontade grande em relação ao Brasil." Entre 2002 e 2008, as exportações brasileiras para a África cresceram 339% -75% delas foram de itens manufaturados. Ricupero não compartilha das críticas à abertura de 13 novas embaixadas na região (são hoje 34), embora considere que exista "uma deficiência sistemática" da diplomacia em torná-las mais efetivas. Mas ele afirma que a tendência de alta no comércio com a África vai depender menos da ação diplomática do que da "capacidade de oferta" brasileira -hoje, o câmbio e o custo do capital desfavorecem a competição com os chineses.

Concentração nos subsídios dos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – 10/05/2010

Os subsídios agrícolas concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores do país alcançaram US\$ 15,4 bilhões no ano passado, de acordo com levantamento do Environmental Working Group divulgado na semana passada.

Conforme a organização, o nível segue elevado e o montante apurado é superior ao apoio oficial concedido para incentivar boas práticas ambientais no campo.

Segundo o levantamento, 61% dos subsídios foram abocanhados por 10% dos beneficiados. No geral, a assistência foi distribuída por mais de 1,27 milhão de entidades e agricultores. O estudo foi publicado em um momento de discussões sobre a possibilidade de os EUA renovarem sua política agrícola com a volta de programas de apoio já "aposentados". A atual "Farm Bill" americana expira em 2013.

Uma aposta alta da diplomacia verde-amarela – O Globo – O Mundo – 16/05/2010

Mediação bem sucedida de Lula com o Irã alçaria Brasil no cenário mundial. Mas, para especialistas, há mais riscos do que oportunidades na mesa. Com visita marcada para o Irã de ontem à noite até amanhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao país persa num momento crucial, em que a comunidade internacional pressiona Teerã por seu programa nuclear, que muitos acreditam esconder intenções bélicas. Embrenhando-se na complicada diplomacia do Oriente Médio, Lula disse que foi a Teerã conversar “olho no olho” com o presidente Mahmoud Ahmadinejad, e vai ainda encontrar-se com o presidente do Parlamento, Ali Larijani, e com o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país. Da cúpula de poder em Teerã, Lula espera tirar garantias aceitáveis à comunidade internacional sobre os fins pacíficos que o governo iraniano afirma ter seu programa nuclear. No meio da expectativa que cerca a viagem, O GLOBO promoveu uma enquete sobre o tema entre especialistas.

CELSO LAFER (ex-chanceler): Para se lançar por iniciativa própria na mediação com o Irã, o Brasil tem que ter efetiva condição para o encaminhamento dessa questão, que é muito difícil. Há muita desconfiança em relação à posição do Irã, que ora diz uma coisa, ora outra. A postura do presidente Lula em relação às eleições no Irã é vista como complacência, certo endosso à posição iraniana. É um pouco da diplomacia do gesto, e não dos resultados, que a meu ver são pouco prováveis de serem bem sucedidos.

Acho que o Brasil perde com essa posição em relação ao Irã.

oe EUGÊNIO DINIZ (professor da PUC-MG e especialista em questões nucleares): O Brasil incorreu em custos políticos significativos ao mediar essa questão. E são custos que podem aumentar, dependendo do andamento do processo. Por exemplo: o Irã pode dizer que topa só para ganhar tempo, e depois voltar atrás. Em princípio, o que poderia ser um resultado favorável, pode fazer com que a situação política do presidente Lula fique complicada. O que vai parecer: ou ele (Lula) foi feito de bobo ou concordou com essa parolagem.

oe DEMÉTRIO MAGNOLI (doutor em Geografia Humana pela USP): Teria a ganhar se adotasse uma posição clara e nítida de defesa do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear), criticando as manobras evasivas do Irã e declarando-se disposto a apoiar uma nova rodada de sanções na hipótese de rejeição de Teerã à proposta da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Infelizmente, o Brasil não faz nada disso, arriscando-se a servir apenas à tática iraniana de protelação.

oe MAURÍCIO SANTORO (professor da pós-graduação de Relações Internacionais da FGV): A avaliação do governo é que a mediação oferece uma possibilidade grande de ganhar prestígio internacional (o país aspira a um assento

permanente no Conselho de Segurança da ONU) e uma oportunidade econômica muito interessante.

O lado negativo é de associar-se a um país repressor, e que não compartilha dos ideais de democracia e direitos humanos do Brasil. Estive recentemente em Brasília com diplomatas, membros do governo e parlamentares da base aliada. A aposta deles é que os aspectos positivos superam em muito os negativos.

oe ERICA SIMONE RESENDE (Doutora em Ciência Política pela USP): É uma aposta alta e arriscada. Se a estratégia der certo, os ganhos serão enormes, pois pela primeira vez uma potência emergente atuaria num dos problemas mais complexos do cenário internacional. A política externa brasileira seria alçada a um outro patamar.

No entanto, se der errado, e a probabilidade de dar errado é elevada, o Brasil arrisca jogar fora muitos dos ganhos que acumulou em oito anos de governo Lula.

oe GUILHERME CAMARGO (presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear): Independentemente de ganhar ou perder, o Brasil está assumindo um papel de destaque nas relações internacionais numa questão que é importante, uma vez que o programa nuclear brasileiro está amadurecendo.

Esse posicionamento já deveria ter sido tomado há muito mais tempo no cenário internacional. O Brasil preenche uma lacuna que faltava.

O atual regime de não proliferação de armas no mundo está falido.

VIRGÍLIO ARRAES (professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB): Para sabermos se o Brasil tem a perder ou a ganhar, precisamos esperar pelo resultado. O fato é que se trata de uma aposta de alto risco do Brasil. Ainda é cedo para prevermos qual será o impacto, mas um país que quer ter mais desenvoltura internacional também precisa se arriscar.

oe SAMUEL FELDELBERG (professor do Instituto de Relações Internacionais da USP): Não há dúvida de que o Brasil vai perder com essa tentativa de mediação, não há expectativa nenhuma de resultado concreto. O esforço está sendo desperdiçado e está levando a um aumento da tensão com os EUA, que veem essa proposta de intermediação do Brasil como um empecilho para a tomada de decisões em relação as sanções contra o Irã.

oe ARSHIN ADIB -MOGHADDAM (professor do Departamento de Estudos Internacionais da Universidade de Londres): Eu acredito que diplomática e estrategicamente o envolvimento do Brasil é perigoso, mas aumenta o status internacional do país pelo fato de o presidente Lula ser visto como um mediador imparcial pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e Alemanha e pelo Irã e seus aliados.

oe LUIZ FELIPE LAMPREIA (ex-ministro de Relações Exteriores): É como apostar, digamos, na loteria. Se der certo é, evidentemente, uma fa turada tremenda. Mas a chance de dar certo é muito pequena. Um apostador compra o seu bilhete achando que vai ganhar a Sena. É essa situação mais ou menos. A possibilidade de que o Irã mude de rumo, altere profundamente sua política por causa de uma conversa com o presidente do Brasil é uma possibilidade remota.

oe JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES (presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais —Cebri): Nas circunstâncias atuais, é um jogo arriscado. As chances de dar certo são menores. Acredito que não há nenhuma indicação de que seja bem-sucedido, embora seja um esforço que, sob alguns aspectos, tem seu mérito.

ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA (professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília): Atualmente o Irã está isolado.

Uma pressão adicional não apenas sinaliza pouca possibilidade de êxito — sanções em geral não produzem resultados positivos — como tende a fortalecer a linha mais dura dentro da sociedade iraniana.

Ou seja, o governo do Irã continuará a operar trocas com outros parceiros comerciais, e a tendência será uma radicalização do atual governo, mais apoiado ainda pela sociedade doméstica.

oe CELSO LAFER: Isso vai depender de uma deliberação do Conselho de Segurança da ONU, que tem muitos membros. O Brasil tem uma conduta impecável nos termos de uso pacífico de armas nucleares.

Assinou um tratado que ajudou a desnuclearizar a América Latina, e por isso tem uma credibilidade importante na matéria. Patrocinar a posição do Irã pode consumir o capital de credibilidade do país.

oe EUGÊNIO DINIZ: Pode ter um efeito prático facilmente pensável se o Irã decidir adiar essa questão.

O problema é se depois o presidente Ahmadinejad voltar atrás, o que vai minar os esforços para que o Irã não sofra sanções.

Se o Irã honrar os compromissos poderia até evitar (sanções), mas o mais provável é um efeito prático de adiamento, inclusive reduzindo a credibilidade daquele país.

oe DEMÉTRIO MAGNOLI: Só terá efeitos práticos se o Irã resolver mudar radicalmente a sua tática, aceitando a proposta da AIEA. Isso poderia, em tese, acontecer. Mas refletiria uma reviravolta interna no regime iraniano. Não seria um efeito da mediação brasileira.

oe GUILHERME CAMARGO: Pessoalmente, não acredito que haja sanções.

Se a proposta for votada no Conselho de Segurança da ONU, minha aposta é que serão aprovadas, no máximo, sanções retóricas, que não afetariam a vida da população iraniana ou a própria política nuclear iraniana.

VIRGÍLIO ARRAES: O Brasil está credenciado para ser mediador, pois vem se aproximando há um bom tempo do Irã. E não apenas em função da questão nuclear, mas pelo interesse em vender para um dos mercados mais amplos do Oriente Médio. Creio ser possível evitar sanções.

ARSHIN ADIB-MOGHADDAM: Como um membro não permanente do Conselho de Segurança, o Brasil tem o poder de influenciar qualquer nova resolução de sanção no Conselho de Segurança.

Tanto o Irã quanto os EUA sabem disso e é provável que ouçam o que Lula tem a dizer. A forte objeção de uma potência regional como o Brasil teria efeito tanto na forma como uma nova sanção seria vista na comunidade internacional, quanto na maneira que ela seria implementada.

LUIZ FELIPE LAMPREIA: O efeito prático é o risco de perda de credibilidade.

É uma jogada de alto risco. Pode afetar o prestígio, a influência diplomática do Brasil, num momento em que o país conseguiu uma

inserção no processo decisório internacional elevadíssima, que nunca teve antes.

Acho muito arriscado jogar isso numa hipótese improvável de tentar convencer o Irã numa situação que ninguém mais conseguiu

A Europa e os países do Mercosul retomam hoje, em Madri, as negociações para um acordo de livre comércio entre os dois blocos, iniciadas em 1999. A negociação será o principal tema da 6.ª Cúpula União Europeia-América Latina e Caribe, na capital espanhola.

A iniciativa é vista com ceticismo pelo Brasil, já que um grupo de sete países europeus, liderado pela França, já tentava minar as discussões antes mesmo da reabertura da reunião. O anúncio oficial da retomada das negociações será feito hoje pelo presidente do governo espanhol e presidente rotativo da União Europeia, José Luis Rodríguez Zapatero, e pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que acumula a presidência do Mercosul no período.

Ontem, porém, o líder espanhol confirmou o reinício dos debates. “Nós decidimos retomar as negociações com vistas a um acordo ambicioso e equilibrado”, disse Zapatero, destacando o potencial positivo para a economia europeia. “Um acordo de livre comércio representaria a cada ano € 5 bilhões suplementares em exportações da UE para o Mercosul e do Mercosul para a UE.”

Zapatero criticou ainda as intenções contrárias, que possam impedir o acordo. “Face a toda tentação protecionista, a melhor resposta à crise econômica é a abertura comercial”, argumentou. O espanhol foi além, pedindo um entendimento amplo entre os países latino-americanos, de forma a ampliar o Mercosul e a potencializar os efeitos de um acordo com a UE.

“Eu apoiaria de maneira determinada uma União Latino-Americana”, reiterou.

Sem grandes expectativas. A defesa veemente por Zapatero de um compromisso entre os dois blocos visa a neutralizar as críticas que as negociações já sofrem antes mesmo que as discussões sejam reabertas. Há cerca de um mês, um grupo de sete países europeus – França, Áustria, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda e Polônia – lançou um manifesto contrário à retomada dos debates.

“Esse anúncio é um sinal muito ruim para a agricultura europeia, que já está confrontada com desafios muito importantes”, afirmou o grupo em nota oficial, na qual deixa claro que deseja “não criar em grandes parceiros expectativas que não poderemos satisfazer”. “As ambições e interesses das duas partes não parecem permitir o progresso dessa negociação lançada em 1999, além de tentar novas concessões agrícolas europeias, o que seria inaceitável.”

A advertência do grupo liderado pela França faz o governo brasileiro se mostrar cético em relação às possibilidades de sucesso da rodada. Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disse ao Estado ontem, em Madri, que o que terá início são “discussões informais”, e não negociações. “Vai ter conversa.

A negociação eu não sei se vai ter. Mas vai ter conversa. Podemos conversar e não negociar.

Vai depender muito da posição de alguns países aqui.”

Miguel Jorge foi claro ao expor os motivos do ceticismo.

Para ele, a posição contrária da França, que define como “absolutamente decepcionante e surpreendente”, pode ser determinante para o bloqueio da rodada. “Como negociar com a posição contrária da França é justamente o que vamos saber amanhã (hoje).”

Mesmo que a Espanha seja bem-sucedida em sua tentativa de reabrir o diálogo entre UE e Mercosul, nada garante que as negociações possam chegar com sucesso ao fim. Nem mesmo um calendário para o debate foi estabelecido. Zapatero prevê que as primeiras rodadas diplomáticas de discussão possam ocorrer até julho.

Organizações americanas e chinesas permanecem ligadas aos seus países de origem. O protecionismo tem novas caras

As recessões nem sempre se originam da mesma forma, mas deixam para trás os mesmos resquícios: enfraquecimento do sistema financeiro, mercados pós-crise em alta, recuperações econômicas com desemprego e, naturalmente, o ressurgimento do protecionismo. Protecionismo? Sério?

Para começar, esta foi uma crise financeira. Em 1980, o setor financeiro correspondia a 16% dos lucros corporativos nos EUA; em 2008, atingia impressionantes 41%. Não é preciso ter ganhado o Prêmio Nobel de Economia para perceber que necessitávamos de um reajuste. Por outro lado, o mercado manufatureiro tem saído relativamente forte da crise graças às economias emergentes. Assim, já que as manufatureiras têm se adaptado bem ao protecionismo comercial, esse não tem sido um assunto particularmente interessante.

Naturalmente, vários países estão "abusando da sorte". Nos EUA, cláusulas como "Compre o Americano" indicam a verdadeira origem do aço usado para fabricar carros, enquanto pneus fabricados na China estão sujeitos a tarifas de importação. A China bloqueia importações de carne de porco irlandês, a Índia se recusa a aceitar brinquedos fabricados na China, a Rússia está aumentando as tarifas sobre as importações de automóveis enquanto a Europa já proibiu a importação de alguns tipos de frango norte-americanos. Mas, em geral, os políticos aprenderam as lições de 1929, principalmente o fato de o protecionismo ser o catalisador que transforma a recessão em depressão. Mesmo assim, o protecionismo está dando as caras com novos disfarces.

Por exemplo, protecionismo "fiscal" está em alta. Para cobrir o custo da crise financeira - a dívida nacional americana é superior a US\$ 12 trilhões - os governos estão procurando aumentar as receitas fiscais e, assim, ampliar o controle sobre as instituições financeiras. Sob a desculpa de "abertura e prevenção de riscos sistêmicos", a intromissão está cada vez mais presente. A Europa sugere que os gestores de fundos estrangeiros devem primeiro estabelecer presença física no continente antes de serem autorizados a operar e os britânicos e franceses querem obrigar os bancos socorridos pelo governo a realizar empréstimos "localmente". Thomas Jefferson escreveu: "Um governo grande o suficiente para te dar tudo que quer é também grande o suficiente para tomar tudo o que tem..."

Também tem se falado muito sobre protecionismo "ambiental" especialmente após o fracasso do encontro em Copenhague. Por exemplo, os EUA tarifam 32 das 43 tecnologias ambientais conceituadas de acordo com o Banco Mundial. A China fez o mesmo com 41 tecnologias, alguns encargos beirando 35%.

Uma das inovações em protecionismo é o uso do superávit comercial para destabilizar outros países ao sub-desenvolver a procura interna - uma posição assumida pela ministra francesa de Finanças, Christine Lagarde, em relação ao superávit comercial da Alemanha, que ela considera insustentável para a Europa. Evidentemente, as exportações de bens e serviços correspondem a 41% do PIB alemão (nos EUA, o

índice é de 11%). Mas é certo sentir raiva do "melhor aluno" só porque os outros não conseguem acompanhar o ritmo?

O mesmo pode ser dito dos EUA, onde há um movimento contra as importações chinesas e uma forte desconfiança sobre a moeda do país. Muitos afirmam que o yuan está sendo manipulado pelas autoridades chinesas e, teoricamente, deve aumentar em 12% com base na paridade do poder de compra, ou 40% sobre a base do superávit em conta corrente em um sistema de câmbio flutuante. Isso se chama protecionismo "monetário".

A recessão pode ainda não ter levado ao ressurgimento do protecionismo, mas talvez tenha dado origem a uma forma de "nacionalismo" econômico. Carlos Ghosn, CEO da Renault, reconheceu que, embora sua empresa seja gerida globalmente, a cultura francesa ainda está enraizada na mente das pessoas. Em vez de contrariar, porque não aproveitar isso? O mesmo pode ser dito de meu país, a Suíça, com o renascimento do "Swissness" e o estrondoso sucesso dos produtos que ostentam a sua bandeira. O que seria da Nestlé ou Novartis sem seus laços com a Suíça? Mas, por outro lado, os problemas enfrentados pela UBS estão manchando nossa imagem.

Sobre isso, devemos considerar uma supervisão mais rigorosa das principais organizações nacionais. Devo confessar que existe certa queda dentro dos conselhos administrativos pelo protecionismo. Nas empresas com poder suficiente de incorrer riscos sistêmicos à economia, é válido considerarmos trabalhar com cidadãos engajados no conselho e, desta forma, as empresas globais manteriam uma consciência acentuada de suas raízes locais, o que em tempos passados era a norma. Isso faz de mim um nostálgico? Talvez, mas não vamos ser ingênuos. Organizações americanas e chinesas permanecem ligadas aos seus países de origem. Nossa relação com o protecionismo deve ser tratada da mesma forma com que vivemos nossas vidas: Seja justo, mas não seja burro!

Stéphane Garelli é diretor do World Competitiveness Center do IMD.

Países ricos devem cortar subsídio, diz OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 26/05/2010

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) está recomendando a seus 31 países-membros cobrar impostos vinculados ao ambiente e eliminar cerca de US\$ 581 bilhões de subsídios agrícola, pesqueiro e para gasolina. Argumenta que isso teria a dupla vantagem de levantar recursos na atual crise e encorajar o "crescimento verde" das economias.

Esse é um dos temas centrais da conferência ministerial da OCDE, que começa amanhã em Paris. Os ministros avaliarão a primeira versão de um relatório sobre economia verde que será divulgado em 2011 e ao qual o **Valor** teve acesso.

Subsídios pelo mundo

OCDE recomenda cortar - em US\$ bi

Nos países da OCDE

Subsídios agrícolas: 265

Subsídios à pesca: 6

Em países fora da OCDE*

Subsídios ao uso de energia: 310

Fonte: OCDE; AIE *Subsídios de energia elétrica e de combustíveis fósseis em 20 países não membros da OCDE

Para a entidade, a crise econômica e financeira dá uma oportunidade para os governos encorajarem uma recuperação mais apoiada em políticas ambientais e sociais, na necessidade de combater a degradação ambiental, a perda da biodiversidade e o uso insustentável de recursos naturais.

No meio da crise, vários governos incluíram "componentes verdes" em seus programas de estímulo econômico. O pacote da China foi o maior, com quase 40% dos US\$ 586 bilhões. Nos EUA, o governo Obama estima que US\$ 90 bilhões do Recovery Act Investments vão salvar ou criar 720 mil empregos até 2012. A Coreia do Sul implementa o "Green New Deal", com investimentos em transporte ecológico, gestão de água, recuperação de rios, tecnologia dita verde e poupança energética. Por outro lado, os mesmos governos gastaram bilhões estimulando o setor automotivo que, diz a OCDE, acaba também por pressionar o ambiente.

Entre as nações ricas, os impostos vinculados ao ambiente representam hoje 1,7% do PIB, variando de 0,7% na América do Norte a 2,5% na Europa. Mais de 90% da cobrança é sobre gasolina e veículos.

Mas o relatório preliminar insiste que há muito por fazer. A OCDE defende, por exemplo, o uso de taxa carbono para levar à redução do carbono emitido na produção. E minimiza o impacto sobre a competitividade de certos países, considerando exageradas as reclamações de setores industriais.

Outra ideia que circula é uma taxa sobre o petróleo, que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente já avançou e que poderia gerar US\$ 750 bilhões por ano.

Sobretudo, a OCDE sugere correção de preços "inadequados" no uso de recursos naturais, para que o usuário pague o custo real. E aponta boa margem para taxação mais incisiva no uso de água e outros recursos, de pesticidas e fertilizantes, de eliminação de resíduos.

No caso dos subsídios, é politicamente quase impossível eliminá-los ou reduzi-los no momento. Mas é importante a constatação da própria OCDE contra o estrago que seus países fazem na área agrícola, por exemplo.

Nem todos os subsídios agrícolas são prejudiciais. Mas a ajuda dos países ricos vinculada ao tamanho da produção alcançou US\$ 250 bilhões em 2008, derrubando preços internacionais e tomando mercados de concorrentes leais. Houve redução substancial desse tipo de ajuda, que representava 37% da renda dos agricultores em 1986-88 e caiu para 23% em média em 2006-08.

Eles continuam a causar distorções no comércio mundial e, do ponto de vista ambiental, provocam mais poluição da água pelo maior uso de fertilizantes, erosão do solo e mais emissão de gases de efeito estufa, conforme a OCDE.

Os campeões de subsídios são os EUA e a União Europeia, com 30% e 40% do total respectivamente, o que resulta em acúmulo de commodities e derrubada dos preços mundiais. No Japão e na Coreia do Sul, 90% da subvenção são também vinculados à produção, enquanto na Noruega e na Suíça isso caiu para 50%. Os quatro são campeões mundiais per capita de subvenções agrícolas.

Por sua vez, os subsídios para consumo de eletricidade e gasolina alcançam US\$ 310 bilhões, e as situações são bem diferentes. Na Indonésia, essa ajuda é até para a população pobre poder cozinhar.

A OCDE, em todo caso, calcula que eliminar essas ajudas nos países emergentes e em desenvolvimento levaria à redução de 10% nas emissões globais de gases de efeito estufa em 2050.

Igualmente são alvejados os subsídios de pelo menos US\$ 6 bilhões concedidos ao setor pesqueiro dos países ricos, que já ajudaram no excesso de exploração de pescado em 50%.

Outro mecanismo que a OCDE sugere é o leilão de autorização de emissões de gases-estufa, pois acredita que isso pode gerar receita de até 2,5% do PIB nos países ricos por volta de 2020.

A entidade defende também o fim de barreiras para produtos ambientais. É algo que o Brasil vê com desconfiança, porque a lista até recentemente incluía até iates e bicicletas como ambientais, mas não o etanol. A Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que esse comércio supere US\$ 500 bilhões por ano.

EUA exigem forte redução de tarifas no setor químico para retomar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 31/05/2010

Os Estados Unidos apresentaram ao Brasil uma nova lista de produtos industriais sobre os quais querem um profundo corte de tarifas de importação, ao mesmo tempo em que não avançam na negociação sobre o contencioso do algodão.

O governo de Barack Obama quer a abertura no setor químico brasileiro, onde pede forte redução sobre 1.700 linhas tarifárias, para que a negociação da Rodada Doha, da OMC, possa ser retomada. Reivindica também amplos cortes de tarifas de importação de máquinas industriais, equipamentos elétricos e eletrônicos, além de florestais.

Dessa vez, a lista americana é ligeiramente menor do que uma outra, de 3.500 linhas tarifárias, apresentada no ano passado, que o Brasil havia considerado "indiscriminada e profunda", por implicar um choque de liberalização da noite para o dia, jogando as tarifas no país em níveis que os americanos levaram décadas para fazer.

"Eles não tiraram nada da mesa, mas afinaram as demandas", diz uma fonte próxima das negociações. A interpretação do lado brasileiro é de que o governo Obama está fazendo demandas exageradas para satisfazer seu público interno, pois sabe que não vai conseguir o que está pedindo. O Brasil sempre disse para os EUA que não havia possibilidade de atendê-los no desmantelamento de setores sensíveis da economia.

Na semana passada, o representante comercial dos EUA, Ron Kirk, disse que a lista era a resposta à reclamação dos parceiros, que pediam que o governo americano

fosse mais específico em suas demandas. Insistiu que Washington tem feito "tudo que pode" para estimular a rodada, e que agora é a vez de Brasil, China e Índia agirem.

De outro lado, Kirk considera que os EUA não têm por que pagar em contrapartida pelas concessões que pedem. Segundo ele, somente o acordo EUA-Coreia do Sul já dá mais resultados econômicos para os exportadores americanos do que a negociação de Doha. Para os emergentes, porém, os americanos apenas procuram desculpas para não barganhar.

Enquanto isso, deve prosseguir amanhã e quarta-feira, em São Paulo, a negociação bilateral entre o Brasil e os EUA para evitar a retaliação que Brasília pode impor sobre produtos americanos, no contencioso do algodão. Certos negociadores brasileiros, apesar de não se considerarem pessimistas, alertam que pode não haver acordo. Acenam, nesse caso, com a data de 21 de julho para iniciar a retaliação de até US\$ 800 milhões sobre produtos americanos.